

The background features a stylized illustration of four healthcare professionals: a female nurse in a blue uniform on the left, and three male doctors in white coats with stethoscopes on the right. They are holding clipboards and standing in a professional setting. A large potted plant is visible on the far left. The text is overlaid in a large, white, sans-serif font.

Política Nacional de Residências em Saúde e o Projeto de Lei nº 504, de 2021

Francisca Valda

Coordenadora da Comissão Intersectorial de Relações do Trabalho e Educação em Saúde (CIRTES/CNS)

Brasília, 14 de agosto de 2025

Contexto Histórico das Residências em Saúde

Até 2005, a legislação brasileira reconhecia apenas a Residência Médica, deixando outras áreas da saúde sem regulamentação específica. Esses programas eram equiparados a cursos de especialização de 360 horas, limitando seu reconhecimento e impacto.

Até 2005

Residência Médica com base legal (Lei nº 6.932/1981 e Decreto nº 80.281/1977).

1

2

Outras Áreas

Sem regulamentação, equivalentes a cursos de especialização (360h).

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), desde os anos 2000, assumiu a pauta da institucionalização da formação especializada no trabalho para todas as profissões da saúde, visando um modelo abrangente de residência.

Marco Legal: Lei 11.129/2005

A Lei nº 11.129/2005, conhecida por instituir o ProJovem, foi um divisor de águas ao também formalizar a **Residência em Área Profissional da Saúde**.

Essa legislação foi fundamental para:

- Instituir a Residência em Área Profissional da Saúde.
- Criar a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS).
- Estabelecer o Programa de Bolsas, garantindo suporte financeiro aos residentes.

Este avanço legal impulsionou a formalização e expansão dos programas de residência para além da medicina, fortalecendo a formação de profissionais para o SUS.





O Protagonismo do CNS

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) desempenhou um papel central na estruturação e implementação da Residência em Área Profissional da Saúde, em colaboração com o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação.

Seminários Nacionais

Organização de 4 Seminários Nacionais de Residências Multiprofissionais em Saúde (2005, 2006, 2008 e 2011), essenciais para o debate e construção da política.

Etapas Regionais (2014-2015)

Início da organização do 5º Seminário Nacional com etapas regionais, demonstrando o compromisso contínuo com a discussão e aprimoramento.

Engajamento

O CNS tem sido um motor constante, promovendo a articulação necessária para o avanço da política.



Estado da Arte da PNRS no SUS

Os Ministérios da Saúde e da Educação, em conjunto com CONASS, CONASEMS e o **Conselho Nacional de Saúde (CNS)** – por meio da CIRTES e da Câmara Técnica de Pós-Graduação e Residências –, estão empenhados na construção de termos para as minutas da **Portaria da Política Nacional de Residência em Saúde (PNRS)** e do **Decreto da Regulamentação da CNRMS**.

Essa colaboração reflete o esforço conjunto para consolidar e aprimorar a política de residências em saúde no âmbito do SUS, garantindo a formação de profissionais qualificados e alinhados às necessidades do sistema.

O Projeto de Lei nº 504/2021

De autoria do ex-deputado Alexandre Padilha (PT/SP), o PL 504/2021 propõe a regulamentação da **Residência em Área Profissional da Saúde**, abrangendo um vasto leque de categorias profissionais essenciais para o SUS.

Agronomia	Antropologia
Artes	Biomedicina
Ciências Biológicas	Educação Física
Enfermagem	Farmácia
Física Médica	Fisioterapia
Fonoaudiologia	Medicina Veterinária
Nutrição	Odontologia
Pedagogia	Psicologia
Saúde Coletiva	Serviço Social
Terapia Ocupacional	Zootecnia

Este projeto visa fortalecer a formação de especialistas em diversas áreas, atendendo às demandas do sistema de saúde de forma abrangente.

Substitutivo ao PL 504/2021: Avanços Propostos

Em celebração aos 20 anos da Lei nº 11.129/2005, o CNS propõe um Substitutivo ao PL nº 504/2021. Essa proposta é resultado de um esforço coletivo e pactuado entre a gestão (MEC e MS) e o controle social do SUS, alinhado à prerrogativa constitucional de ordenar a formação de recursos humanos para a saúde.

- Os programas de Residência serão desenvolvidos nas modalidades **multiprofissional** e **uniprofissional**, com foco nas necessidades de regiões prioritárias e áreas estratégicas do SUS.
- Duração mínima de dois anos, com carga horária de 60 horas semanais.
- 80% de atividades práticas e teórico-práticas (imersão no trabalho) e 20% de atividades teóricas.

Inovações do Substitutivo

O substitutivo ao PL 504/2021 traz propostas significativas para modernizar e fortalecer as residências em saúde:

Participação Social

Princípio formativo que integra dimensões éticas, políticas e técnicas na formação de profissionais para o SUS.

Certificação dos Egressos

Proposta de reconhecimento do certificado de residência como titulação especializada, valorizando a formação.

Estrutura das Câmaras Técnicas

Regulamentação da instituição e funcionamento das Câmaras, garantindo maior transparência e eficácia.

Garantias de Direitos

Amplas garantias de direitos para os residentes, incluindo licenças maternidade/paternidade estendidas, licença médica, férias anuais e folga semanal.

Ampliando Direitos para Residentes

O substitutivo ao PL 504/2021 assegura importantes direitos para os residentes, promovendo condições de trabalho mais justas e humanas:

Licenças

- Licença maternidade/adotante de 120 dias, com prorrogação de 60 dias.
- Licença paternidade de 20 dias, com prorrogação de 10 dias.
- Licença médica.
- Licença-gala por três dias (casamento).
- Licença para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Descanso e Suporte

- Férias anuais de 30 dias (fracionáveis em dois períodos de 15 dias).
- Um dia de folga semanal, preferencialmente aos finais de semana.
- Descanso pós-plantão de no mínimo 6 horas consecutivas após plantão noturno de 12 horas.
- Condições adequadas para repouso e higiene pessoal durante os plantões.
- Moradia ou Auxílio-Moradia.
- Alimentação ou Auxílio-Alimentação.

RESIDÊNCIA -MULTIPROFISSION



Proposta boa é
proposta construída
coletivamente!

Esse é um momento promissor para os
necessários avanços neste processo
que terá um impacto muito positivo no
SUS!

Obrigada!!!

Francisca Valda

francisca.valda@uol.com.br